



COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
S/A CAPITAL FECHADO
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2016

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES E SENHORAS ACIONISTAS,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito em nossa Companhia durante o exercício.

Desempenho Operacional Mercado Consumidor:

Classes	2016-MWh	2015 - MWh	Variação %	Participação no consumo
Residencial	43.324	42.083	2,94	37,53%
Industrial	13.440	14.349	-6,34	11,64%
Comercial	20.447	20.655	-1,01	17,71%
Rural	18.208	17.627	3,29	15,77%
Outros	20.022	19.629	2,00	17,35%
Total	115.441	114.343	1,00	100,00%

Índices Técnicos da CHESP:

O índice de perdas foi de 11,47%.

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor – DEC foi de 12,58 horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor – FEC foi 18,89 vezes. Por causa deste resultado, a CHESP foi a distribuidora, dentre as empresas com menos de 400 mil unidades consumidoras, que mais evoluiu na qualidade do fornecimento de energia elétrica no Brasil no ano de 2016, Ranking 2016 ANEEL.

Investimentos:

A CHESP realizou, em 2016, investimento da ordem de R\$ 3,28 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes, subestações e outros.

Certificação:

Em 2016, a CHESP manteve a certificação dos processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001: 2008.

Eventos:

A CHESP apoiou por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - PROESPORTE, os Projetos Esportivos: "Divino Atleta 2016" e "Iniciação Esportiva Nova Esperança".

Agradecimentos:

Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, Governos Federal, Estadual e Municipais, fornecedores, prestadores de serviço, credores e, em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação. Ceres, 31 de dezembro de 2016.

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

1 - BASE DE CÁLCULO	2016			2015		
	1.1 - Receita Líquida (RL)	53.631			52.509	
1.2 - Resultado Operacional (RO)	4.842			2.274		
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)	5.425			5.808		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	2016			2015		
	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL
2.1 - Alimentação	1.002	18,47%	1,87%	931	16,03%	1,77%
2.2 - Saúde	181	3,34%	0,34%	171	2,94%	0,33%
2.3 - Educação	38	0,70%	0,07%	25	0,43%	0,05%
2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados	213	3,93%	0,40%	228	3,93%	0,43%
2.5 - Gratificação de Férias	148	2,73%	0,28%	135	2,32%	0,26%
2.6 - Outros Benefícios	128	2,36%	0,24%	120	2,07%	0,23%
	1.710	31,52%	3,19%	1.610	27,72%	3,07%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	% sobre RO			% sobre RO		
3.1 - Tributos	29.058	600,12%	54,18%	29.293	1288,17%	55,79%
	29.058	600,12%	54,18%	29.293	1288,17%	55,79%
4 - CORPO FUNCIONAL	2016			2015		
4.1 - Nº Empregados ao Final do exercício			125			130
4.2 - Escolaridade dos empregados:						
Superior com extensão universitária			34			38
Ensino Médio			76			74
Ensino Fundamental			9			11
Outros			6			7
4.3 - Faixa etária dos empregados:						
Abaixo de 30 anos			22			23
de 30 até 45 anos			71			71
acima de 45 anos			32			36
4.4 - Nº Admissões durante o exercício			8			6
4.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa			23			26
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total mulheres)			13			11,5
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total gerentes)			18,0			15,8
4.6 - Nº de negros que trabalham na empresa			4			5
% Cargos gerenciais ocupados por negros (total negros)			0,0			20,0
% Cargos gerenciais ocupados por negros (total gerentes)			0,0			5,0
4.7 - Aposentadoria			0			0
4.8 - Portadores de deficiência física			2			3
4.9 - Dependentes dos empregados			169			179
4.10 - Estagiários			0			1
4.11 - Relação entre a maior e menor remuneração						
Maior Remuneração			13,5			13,0
Menor Remuneração			12,68			11,08
4.12 - Acidente de Trabalho sem afastamento			0			0
4.13 - Acidente de Trabalho com afastamento			0			0
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):		52.692			55.167	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	77,47% governo	14,38% colaboradores	2,62% acionistas	79,99% governo	13,66% colaboradores	1,98% acionistas
	2,38%	terceiros	3,15%	terceiros	3,51%	terceiros
						0,86%
						retidos

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores em milhares de reais)

ATIVO	Legislação Societária		
	Nota	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.206	3.788
Consumidores	5	11.126	14.244
Concessionárias e permissionárias - Quota CCEE	6	46	240
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(310)	(208)
Ativos financeiros setoriais	7	840	2.685
Tributos compensáveis	8	685	543
Parcelamentos com órgãos públicos	9	978	380
Serviços em curso	10	587	213
Outros ativos circulantes	11	609	637
Almoxarifado operacional		337	261
Despesas pagas antecipadamente	12	60	77
Total do Ativo Circulante		20.165	22.860
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Tributos compensáveis	8	261	226
Parcelamento com órgãos públicos	9	2.071	754
Adiantamento incentivos fiscais		11	75
Outros ativos não circulantes	13	1.668	1.668
Ativos de geração em curso a receber	14	485	763
Bens e direitos para uso futuro		1	1
Ativo financeiro da concessão	15	2.645	2.513
Intangível	15	27.499	27.230
Total do Ativo Não Circulante		34.641	33.229
TOTAL DO ATIVO		54.806	56.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Nota	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Fornecimento de Energia Elétrica	31	86.151	87.706
Outras Receitas	31	5.136	6.747
		91.287	94.453
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta			
ICMS		(23.680)	(23.770)
PIS		(956)	(978)
COFINS		(4.411)	(4.536)
ISS		(10)	(10)
Bandeira Tarifária		(1.236)	(5.054)
Taxa de Fiscalização		(105)	(102)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(6.776)	(7.029)
Pesquisa Desenvolvimento e Eficiência Energética		(482)	(466)
		(37.656)	(41.945)
Receita Operacional Líquida	31	53.631	52.509
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica			
Energia Elétrica comprada para Revenda	33	(32.046)	(32.335)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição		(338)	(259)
Custo de Operação			
Pessoal e Administradores		(8.937)	(9.633)
Materiais		(973)	(1.006)
Serviço de Terceiros		(3.542)	(3.365)
Depreciação e Amortização		(2.055)	(2.028)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		(112)	-
Outras Despesas	34	(829)	(943)
		(16.448)	(16.974)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		4.799	2.941
Receita de construção da infraestrutura da concessão	36	3.286	3.050
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	36	(3.286)	(3.050)
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas		(226)	(73)
RESULTADO DO SERVIÇO		4.573	2.868
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA			
Receita Financeira	37	1.501	1.292
Despesa Financeira		(1.233)	(1.887)
		268	(595)
RESULTADO OPERACIONAL		4.841	2.274
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA			
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.841	2.274
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(449)	(171)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		4.392	2.103
IMPOSTO DE RENDA		(1.224)	(451)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		3.168	1.652
DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:			
Participações	29	(130)	(83)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		3.038	1.569
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.038	1.569
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL -R\$		0,9991	0,5161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Legislação Societária		
	Nota	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	3.796	3.811
Obrigações sociais e trabalhistas	17	713	785
Encargos de dívidas		23	30
Tributos	18	2.157	4.688
Dividendos e juros sobre o capital próprio		212	170
Empréstimos e financiamentos	19	2.975	3.355
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	20	1.165	1.165
Obrigações estimadas com pessoal	17	577	532
Encargos setoriais	21	2.110	3.254
Passivos financeiros e setoriais	22	3.437	768
Outros passivos circulantes		234	340
Total do Passivo Circulante		17.399	18.899
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	19	552	3.761
Provisão para litígios fiscais	23	3.208	1.017
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	20	1.631	1.631
Incentivos fiscais	24	118	755
Outros passivos não circulantes		11	11
Total do Passivo Não Circulante		5.520	7.176
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	25	21.804	21.804
Reservas de capital	25	6.665	6.024
Reservas de lucros	25	3.418	2.202
Ações em tesouraria		-	(14)
Total do Patrimônio Líquido		31.887	30.016
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.806	56.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores em milhares de reais)

	2016	2015
	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Recebimentos de Consumidores	92.053	85.567
Recebimento Uso Mútuo Postes	255	263
Recebimento CCEE/Repasse CDE	5.488	6.607
Outros Ingressos	1.352	867
Pagamentos a Fornecedores	(3.909)	(3.612)
Pagamentos a Pessoal	(9.508)	(9.639)
Pagamentos Energia Elétrica Comprada	(31.685)	(33.144)
Pagamentos Outras Despesas	(1.318)	(2.210)
Caixa Gerado pelas operações	52.728	44.699
Juros pagos	(853)	(356)
Tributos	(31.637)	(27.510)
Taxas Regulamentares	(8.266)	(10.977)
Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(2.550)	(1.502)
Fluxo de Caixa antes item extraordinário	(43.306)	(40.346)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais		
	9.422	4.353
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra do Ativo Imobilizado	(3.040)	(3.220)
Juros Recebidos	11	88
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(3.029)	(3.132)
Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido por Empréstimos e Financiamentos	5	3.986
Amortização de Empréstimos e Financiamento	(3.814)	(1.561)
Dividendos/Juros s/Capital Próprio	(1.166)	(1.062)
Caixa Líquido Consumido nas atividades financeiras	(4.975)	1.363
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	1.418	2.584
- Saldo da Conta Caixa no início do exercício	3.788	1.204
- Saldo da Conta Caixa no fim do exercício	5.206	3.788
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	1.418	2.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores em milhares de reais) Legislação Societária										
EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIA	AÇÕES EM SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	ÁGIO NA RESERVA DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	RECURSOS P/AUMENTO CAPITAL ACUMULADOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO 2014	7.785	2.252	(14)	1.787	3.781	1.269	11.806	1.606	0	30.272
Aumento Capital Social AGE 30/04/2015	14.019	(1.700)	0	0	(134)	(1.185)	(11.000)	-	-	-
Remuneração sobre o Capital Próprio	-	38	-	-	-	-	-	-	-	38
Adiantamentos para aumento do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	(1.606)	-	(1.606)
Reversão dividendos e juros capital próprio	-	-	-	-	-	-	835	-	-	835
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.569	1.569
Destinação do Lucro:										
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.092)	(1.092)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	83	-	-	(83)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	395	-	(395)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2015	21.804	590	(14)	1.787	3.647	166	2.036	0	0	30.016
Remuneração sobre o Capital Próprio	-	68	-	-	-	-	-	-	-	68
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.038	3.038
Destinação do Lucro:										
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.249)	(1.249)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	123	-	-	(123)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	1.093	-	(1.093)	-
Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	573	-	-	-	(573)	-
Realização Ações Próprias em Tesouraria	-	-	14	-	-	-	-	-	-	14
EM 31 DE DEZEMBRO 2016	21.804	658	0	1.787	4.219	290	3.129	0	0	31.887

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores em milhares de reais)			COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP CNPJ Nº 01.377.555/0001-10	
	2016	2015	NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SOCIETÁRIAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2016 e 31.12.2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)	
Venda de Energia e Serviços	91.287	94.453	NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL A Companhia Hidroelétrica São Patrício – CHESP é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade esta, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o Quarto termo aditivo ao contrato de concessão nº 44/1999-ANEEL , vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento as metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (Parte, conforme Resolução ANEEL Nº 049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianápolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a micro região denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.	
Provisão para Devedores Duvidosos	(113)	0		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(226)	(73)		
Receitas	90.948	94.381		
Operações com Energia Elétrica	(32.383)	(32.594)		
Material e Serviço de Terceiros	(4.515)	(4.376)		
Outros Gastos Operacionais	(804)	(1.508)		
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(37.702)	(38.478)		
(=) Valor Adicionado Bruto	53.246	55.903		
(-) Quotas de Reintegração	(2.055)	(2.028)		
(=) Valor Adicionado Líquido	51.191	53.875		
Receitas Financeiras	1.501	1.292		
(+) Valor Adicionado Transferido:	1.501	1.292		
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	52.692	55.167		
Remunerações	5.446	5.420		
Encargos Sociais (exceto INSS)	436	452		
Auxílio Alimentação	961	931		
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	399	505		
Participação nos resultados	336	228		
Pessoal	7.578	7.537		
INSS (sobre folha de pagamento)	1.489	1.590		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	23.680	23.770		
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.674	622		
Encargos do Consumidor	8.598	12.651		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições	5.378	5.493		
Governo	40.819	44.126		
Juros e Variações Monetárias	1.233	1.887		
Aluguéis	24	48		
Financiadores	1.257	1.935		
Dividendos e participações	1.379	1.092		
Lucros Retidos	1.659	477		
Acionistas	3.038	1.569		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	52.692	55.167		

Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 3.371-SFF/ANEEL, de 22/12/2016. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 24/03/2017.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, contabilizadas com base no regime de competência, e incluem os impostos diretos de responsabilidade da companhia.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

d) Almojarifado Operacional

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almojarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

f) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos prêmio de seguros e adiantamento a fornecedores.

g) Imobilizado

Inclui os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade. Está registrado ao custo de aquisição, ou construção corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, de acordo com as taxas definidas pela Resolução 474/2012 da ANEEL.

h) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados, intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Empréstimos e Financiamentos

Estão representados pelo valor principal da dívida, acrescido de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

l) Outros Direitos e Obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Componente	2016	2015
Aplicações no mercado aberto	4.164	2.989
Contas bancárias à vista	553	142
Numerário em trânsito e caixa	489	657
Total	5.206	3.788

Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no Mercado Aberto: estão apresentadas basicamente por saldos

mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 5 – CONSUMIDORES

5.1 – Desempenho operacional

Em 2016 foram totalizadas 35.688 unidades consumidoras faturadas, número 2,09% superior ao de 2015 conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	2016	2015	2014	2013	2012
Residencial	27.532	26.935	26.181	25.450	24.540
Industrial	89	92	93	210	208
Comercial	3.026	2.974	2.983	2.784	2.722
Rural	4.500	4.426	4.304	4.274	4.242
Demais classes	541	530	547	545	530
Total	35.688	34.957	34.108	33.263	32.242

A CHESP registrou um crescimento da ordem de 1,0% em seu mercado consumidor, fornecendo 115.441 MWh de energia elétrica em 2016 (114.343 MWh em 2015). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	2016	2015	2014	2013	2012
Residencial	43.324	42.083	41.215	38.540	35.301
Industrial	13.440	14.349	15.727	14.935	14.409
Comercial	20.447	20.655	20.051	18.908	7.866
Rural	18.208	17.627	17.527	16.314	16.310
Poder Público	5.618	5.537	5.543	5.186	4.595
Iluminação Pública	9.518	9.371	9.256	8.901	8.509
Serviço Público	4.662	4.498	4.565	4.633	4.381
Consumo próprio	224	223	206	193	174
Total	115.441	114.343	114.090	107.610	101.545
Variação %	0,96%	0,22%	6,02%	5,97%	8,49%

Consumidores - circulante

Fornecimento	2016	2015
Faturado	6.870	9.798
Não Faturado	2.957	3.275
Parcelamentos a receber	963	597
Efeitos Regime Especial de Tarifação	-	10
Componentes Financeiros Diferidos	-	(37)
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(41)	(16)
Serviços cobráveis	41	64
Juros e multas s/faturas a receber	151	158
Outros créditos/débitos	185	187
Total	11.126	14.036

Consumidores - carteira

Classe de consumo	Valores Correntes			Renegociados		Total	
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2016	2015
Residencial	724	1.472	(171)	110	(3)	2.132	2.821
Residencial Baixa Renda	43	96	-	-	-	139	144
Industrial	413	822	(7)	66	-	1.294	1.772
Comércio, Serviços e Outras atividades	296	585	(60)	312	(7)	1.126	1.261
Rural	216	337	(19)	49	(3)	580	644
Poder Público	280	667	(30)	165	-	1.082	1.365
Iluminação Pública	337	691	-	261	-	1.289	2.280
Serviço Público	94	-	-	-	-	94	107
Subtotal	2.403	4.670	(287)	963	(13)	7.736	10.394
Fornecimento não faturado	2.957	-	-	-	-	2.957	3.431
Serviço Taxado/Diversos	138	346	(10)	-	-	474	226
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(17)	(24)	-	-	-	(41)	(15)
Total	5.481	4.992	(297)	963	(13)	11.126	14.036

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte estrutura:

Consumidor classe	A vencer	Vencidas	Vencidas	Vencidas	Vencidas	Total	
	Até 60 dias (Faturado)	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	acima de 360 dias	2016	2015
Componentes						2016	2015
Residencial	724	1.294	29	53	32	2.132	2.820
Residencial Baixa Renda	43	91	1	1	3	139	144
Industrial	413	110	26	-	745	1.294	1.773
Comércio, Serviços e Outras atividades	296	458	22	29	321	1.126	1.261
Rural	216	290	9	6	59	580	644
Poder Público	280	382	198	82	140	1.082	1.365
Iluminação Pública	337	339	157	19	437	1.289	2.280
Serviço Público	94	-	-	-	-	94	107
Serviço Taxado/Diversos	138	198	19	18	101	474	226
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(17)	(19)	(1)	-	(4)	(41)	(15)
Total	2.524	3.143	460	208	1.834	8.169	10.605

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:
· Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
· Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
· Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.
A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Componentes	2016	2015
Diferença fatura energia comprada	-	168
Cotas CCEE	-	72
Encargos de uso da rede elétrica	9	-
Outros créditos	37	-
Total	46	240

NOTA 7 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/15	Adição	Amortização	Saldo 31/12/16	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Ativa	1.494	402	(1.494)	402	401	1	402
CVA – Energia comprada	1.023	129	(1.023)	129	129	-	129
CVA - PROINFA	22	250	(22)	250	250	-	250
CVA - CDE	449	23	(449)	23	22	1	23
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.191	4.947	(5.700)	438	-	438	438
CDE redução tarifária	155	538	(693)	-	-	-	-
CDE descontos tarifários	938	3.751	(4.364)	325	-	325	325
Diferença mensal de receita Baixa Renda	98	658	(643)	113	-	113	113
Total	2.685	5.349	(7.194)	840	401	439	840

NOTA 8 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS s/Compras para Ativo Fixo a recuperar em até 48 parcelas	200	261	249	226
Imposto de renda e contribuição social	35	-	39	-
Antecipação Lei 12996/2014	450	-	242	-
Outros	-	-	13	-
Total	685	261	543	226

NOTA 9 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

Orgão	Amortização	2016		2015	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Verde	03/13 a 02/18	93	11	77	77
Prefeitura Municipal de Carmo Rio Verde – Parcelamento /16	12/16 a 03/21	275	497	-	-
Prefeitura Municipal de Uruana	03/13 a 02/19	43	40	43	77
Prefeitura Municipal de Rialma	04/13 a 12/16	-	-	54	-
Prefeitura Municipal de Rialma – Parcelamento 2016	12/16 a 11/21	198	775	-	-
Prefeitura Municipal de Nova Glória	11/16 a 02/20	163	353	-	-
Prefeitura Municipal de Ceres	12/14 a 11/19	206	395	206	600
Total		978	2.071	380	754

Prefeitura de Carmo Rio Verde

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 1.015/05 de 16 de junho de 2005, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referentes ao período de Junho de 2000 a Dezembro de 2004.

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Carmo Rio Verde – Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de 04/2016 e 01/2017;

Prefeitura de Uruana

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 996/2006 de 10 de maio de 2006, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica (R\$ 151) referentes ao período de Abril à Junho de 2004 e Termo de Convênio Reluz (R\$ 90);

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Rialma

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente por meio do processo 200705102518, comarca de Rialma-GO, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2003 e 2004;

Prefeitura de Rialma – Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente por meio do Processo 201602998293, comarca de Rialma-GO, corresponde a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de Mai/2015 a Jul/2016;

Prefeitura de Nova Glória

- Parcelamento autorizado pela Lei municipal nº 1.701 de 13 de outubro de 2016, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de agosto a outubro de 2016;

Prefeitura de Ceres

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referente ao período de maio de 2008 a março de 2009 e outubro de 2010 a maio de 2011;

NOTA 10 – SERVIÇOS EM CURSO

Componentes	2016	2015
- Serviço Próprio	579	198
ODS Serviço Próprio	360	100
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	219	98
ODS - Serviço Terceiros	8	15
- Total	587	213

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

NOTA 11 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Componentes	2016	2015
Título de capitalização/Cheque em cobrança especial	4	4
Adiantamento a empregados	147	119
Energia Elétrica (Reserva/PDD)/Agentes Arrecadores/Termo confissão dívida	71	81
Convênio Reluz com prefeituras municipais	-	23
Partes relacionadas	158	132
Fornecedores Proinfa/adiantamento	84	82
Prefeituras municipais	37	76
Fatura aluguel de postes	24	31
Desativação em curso	55	54
Parcelamento de créditos a receber de consumidores	18	20
Outros	11	15
Total	609	637

NOTA 12 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios e Seguros	60	-	76	-
Fornecedores	1	-	1	-
Total	61	-	77	-

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbi.

NOTA 14 – ATIVOS DE GERAÇÃO A RECEBER

Valores a receber da empresa Companhia São Patrício de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CSP – G&T referente a investimentos realizados na instalação de novos equipamentos e reforma de itens de turbina e geradores da PCH Cachoeira do Lavrinha, conforme transferência do Contrato de Concessão nº 43/1999.

NOTA 15 – ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO E ATIVO INTANGÍVEL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO**Ativos Financeiros da concessão**

Os ativos financeiros indenizáveis referem-se à parcela não amortizada, até o final de concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos, não amortizados, serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão, o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido, e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Componente	2016	2015
Ativo Financeiro	2.645	2.513
Ativo Intangível	27.499	27.230
Total	30.144	29.743

Ativos Intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (Contratos de Concessão) e OCPC 05 (Contratos de Concessão), os Contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Direito de concessão (infraestrutura)		2016	2015
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	73.236	(36.550)	36.686
Em curso	2.645	-	2.645
Subtotal	75.881	(36.550)	39.331
(-) Obrigações especiais (13.138)		3.951	(9.187)
Total do intangível	62.743	(32.599)	30.144

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão. Estes valores estão apresentados em conta redutora do saldo do ativo imobilizado na distribuição.

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES	Operação	Moeda Nacional	Juros% aa/am	Encargos de dívidas	2016		2015	
					Principal		Principal	
					Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	Eletrobrás-Contr.ECFS0043/2004		5,0 aa	-	-	-	59	-
	Eletrobrás-Contr.ECFS152/2006		5,0 aa	-	38	28	38	66
	Eletrobrás-Contr.ECFS205/2007		5,0 aa	-	44	115	44	159
	Eletrobrás-Contr.ECF262/2009		5,0 aa	-	31	117	31	147
	Eletrobrás-Contr.ECF0321/2011		5,0aa	-	23	141	23	164
	CEF - Contr. 714-000001-82		5,5 aa	-	111	14	121	111
	CEF-Cartão BNDES		10,0aa	-	57	-	101	71
	BB GIRO EMPRESA FLEX 45805697		16,9aa	-	-	1	83	-
	CONTR 8530910 BBD 03 RELIGADORES		27,27aa	-	-	1	170	-
	CCB - Capital Giro CEF - 0825127670000005/49		18,53aa	22	1.714	-	1.286	1.714
	CCB-Bradesco Financ.Veículo 3050646-8 - Cam Volvo		12,0aa	1	41	95	-	-
	CDC-Bradesco Financ.Veículo 3004061-2		16,90aa	-	19	25	19	44
	Banco VW Contrato 35128986		19,14aa	-	9	3	9	13
	CDC-Bradesco Finan.Veículo 003904471-S-10		28,17aa	-	22	-	26	22
	Banco VW Contrato 38067244		23,28aa	-	13	13	-	-
	CÉDULA CREDITO CEF 08.1298.653.0000004/83		1,7am	-	15	-	35	15
	CEF - Capital de Giro/CP		1,7am	-	-	-	7	-
	Contr. Mútuo Cleper Silva		1,93am	-	-	-	-	406
	Mútuo Ricardo Pina Martin		1,4am	-	465	-	722	460
	Mútuo Maria Cristina P Martin		1,4am	-	373	-	581	369
	Total			23	2.975	552	3.355	3.761

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Obrigações especiais	2016	2015
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	8.620	8.173
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.438	3.438
(-) Participações e Doações – Reintegração Acumulada	(3.951)	(3.428)
TOTAL	9.178	9.254

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de Junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 16 – FORNECEDORES

Fornecedores	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	3.110	-	3.385	-
Materiais e serviços	686	-	428	-
Total	3.796	-	3.811	-

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Componentes	2016	2015
Folha de pagamento líquida	266	290
Tributos retidos na fonte	101	103
Participações nos lucros e resultados	342	389
Outras	4	3
- Total	713	785

Obrigações estimadas com pessoal

	2016	2015
Provisão de férias e encargos sociais	577	532
Total	577	532

NOTA 18 – TRIBUTOS

Impostos e Contribuições	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	1.654	-	4.296	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	68	-	84	-
INSS	138	-	144	-
PIS/COFINS	215	-	60	-
Outros	82	-	104	-
Total	2.157	-	4.688	-

Componente	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Valor da amortização anual	217	145	94	48	23	24	551
INDEXADOR			TJLP		RGR	Outros	T O T A L
%			8,11		15,22	76,67	100

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
Eletróbrás-ECFS-152/2006	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	10/2008 a 09/2018	66
Eletróbrás-ECFS-205/2007	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	07/2010 a 06/2020	159
Eletróbrás-ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	06/2011 a 08/2021	147
Eletróbrás-ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	164
CEF - Contr. 714-000001-82	Financiamento Transformadores	5,5%aa	TJLP	10/2013 a 09/2017	111
CEF- Contr. 7670000005/49	Capital de Giro	18,53aa	CDI-CTIP	04/2016 a 12/2017	1.714
CDC-BBD-Contr.003904471	Financiamento Veículo	28,17aa	TJLP	11/2015 a 10/2017	22
CCB-BBD-Contr.3050646-8	Financiamento Veículo	12,00aa	TJLP	12/2016 a 05/2020	135
Mútuo Ricardo Pina Martin	Capital de Giro	1,4am	-	02/2016 a 07/2017	464
Mútuo Maria C Pina Martin	Capital de Giro	1,4am	-	02/2016 a 07/2017	373

Mutações de empréstimos e financiamentos	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2014	1.813	1.416
Ingressos	2.666	3.084
Amortização	(1.844)	-
Transferências	720	(739)
Saldo em 31/12/2015	3.355	3.761
Ingressos/Capitalizações	345	128
Amortização	(3.657)	(406)
Transferências	2.932	(2.932)
Saldo em 31/12/2016	2.975	552

Ingressos/Capitalizações: refere-se a financiamento de veículos adquiridos em 2016 (R\$ mil 76) e capitalizações de juros de contrato de mútuo (R\$ mil 269) destinados a capital de giro da Companhia, anuidos pela ANEEL através dos Despacho 2357/2015 respectivamente.

NOTA 20 – CONCESSIONARIAS E PERMISSONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Refere-se à incorporação na base de remuneração da CHESP a Subestação Rialma (69/34,5kV), conforme Despacho ANEEL/SFF nº 2.578, de 16 de agosto de 2012, que anuiu com a desvinculação e alienação pela CELG-D à CHESP.

Credora	Circulante	Não circulante
CELG Distribuição S/A – CELG “D”	1.165	1.631

NOTA 21 – ENCARGOS SETORIAIS

Encargos	2016	2015
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	557	827
Taxa de Fiscalização	7	9
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética – a aplicar	1.408	1.050
Bandeira Tarifária	138	1.368
Total	2.110	3.254

NOTA 22 – PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/15	Adição	Amortização	Saldo 31/12/16	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Passiva	15	1.443	(105)	1.353	991	362	1.353
CVA – Energia comprada	-	393	(33)	360	360	-	360
CVA - PROINFA	15	4	(15)	4	-	4	4
CVA - CDE	-	1.046	(57)	989	631	358	989
Demais Passivos Financeiros Setoriais	753	4.706	(3.375)	2.084	2.084	-	2.084
Bandeira tarifária	734	2.433	(3.167)	-	-	-	-
Neutralidade	2	371	(33)	340	340	-	340
Itens Financeiros/Devoluções tarifárias	17	1.902	(175)	1.744	1.744	-	1.744
Total	768	6.149	(3.480)	3.437	3.075	362	3.437

NOTA 23 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS

Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia.

Reservas de Capital	2016	2015
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	658	590
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	3.647
Total	3.418	2.202

NOTA 24 - INCENTIVOS FISCAIS

São Incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás através da Lei nº 13.591 de 18 de Janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de Julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

	2016	Liquidação parcial	2015
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	(555)	653
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	20	(82)	102
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	(637)	755

Em 2016, a Agência de Fomento de Goiás S/A, procedeu a liquidação parcial do saldo devedor dos períodos de out/11 a dez/12 no valor de R\$ mil 637.

A companhia recolheu a título de antecipação do Projeto Produzir 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual.

De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	2016			2015		
	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social	Quantidade de ações	Valor da Ação R\$	Capital Social
Ações ordinárias	3.040.982	7,17	21.804	3.035.335	7,17	21.763
Ações ordinárias em tesouraria	-	-	-	5.647	7,17	41
Total	3.040.982	-	21.804	3.040.982	-	21.804

Em 31 de dezembro de 2016 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) era de R\$10,48 (2015- R\$ 10,28).

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

A Administração da Companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ mil 1.093 da conta de Lucros Acumulados para a conta de Reserva para Investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

Serviços	2016		2015	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	79	1.231	81	1.272
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	19	563	13	577
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	2	83	4	85
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	3	81	7	96
TOTAL	103	1.958	105	2.030

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda – ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão – AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de arvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais em portarias

de prédios, limpeza e conservação e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 349/2015, assim registrados:

Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2016. Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em resultado, investimentos e baixas

NOTA 27 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Componentes	2016	2015
Lucro líquido do exercício	3.038	1.569
(-) Constituição de reserva legal	(123)	(83)
Lucro líquido ajustado	2.915	1.486
Dividendos propostos	586	392
(-) Dividendos intermediários	(1.249)	(1.092)

NOTA 28 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia optou pela tributação pelo Lucro Real no ano de 2016, calculando a provisão para o Imposto de Renda à alíquota de 15% sobre o Lucro Tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o valor que excedeu a R\$240 mil. A provisão para Contribuição Social foi constituída a alíquota de 9% do Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda, conforme legislação específica da Receita Federal.

NOTA 29 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A companhia reconheceu no resultado do exercício R\$213 mil para empregados a título de Programa de Participação nos Resultados e R\$ 130 mil para diretores (2015 – R\$227mil e R\$ 83mil respectivamente).

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE

Componentes	Produção		Distribuição		TOTAL	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	86.151	87.706	86.151	87.706
Outras Receitas	-	-	5.136	6.747	5.136	6.747
	-	-	91.287	94.453	91.287	94.453
(-) Dedução à Receita Operacional						
ICMS	-	-	(23.680)	(23.770)	(23.680)	(23.770)
PIS	-	-	(956)	(978)	(956)	(978)
COFINS	-	-	(4.411)	(4.536)	(4.411)	(4.536)
ISS	-	-	(10)	(10)	(10)	(10)
Bandeira Tarifária	-	-	(1.236)	(5.054)	(1.236)	(5.054)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(6.776)	(7.029)	(6.776)	(7.029)
Taxa de Fiscalização	-	-	(105)	(102)	(105)	(102)
Pesquisa Desenvolv. e Eficiência Energética	-	-	(480)	(466)	(480)	(466)
	-	-	(37.656)	(41.944)	(37.656)	(41.944)
Receita Operacional Líquida	-	-	53.631	52.509	53.631	52.509
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA						
Custo com Energia Elétrica	-	-	(32.383)	(32.594)	(32.383)	(32.594)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(32.383)	(32.594)	(32.383)	(32.594)
CUSTO DE OPERAÇÃO						
Pessoal e Administradores	-	(632)	(8.937)	(9.001)	(8.937)	(9.633)
Material	-	(39)	(973)	(967)	(973)	(1.006)
Serviço de Terceiros	-	(174)	(3.542)	(3.358)	(3.542)	(3.365)
Depreciação e Amortização	-	(7)	(2.055)	(2.021)	(2.055)	(2.028)
Provisão para Créditos Liquidados Duvidosa	-	-	(112)	-	(112)	-
Outras Despesas	-	(45)	(830)	(898)	(830)	(943)
	-	(897)	(16.449)	(16.077)	(16.449)	(16.974)
Receita de construção da infraestrutura da concessão	-	-	3.286	3.050	3.286	3.050
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	-	-	(3.286)	(3.050)	(3.286)	(3.050)
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	-	-	(226)	(73)	(226)	(73)
RESULTADO DO SERVIÇO	-	(897)	4.574	3.766	4.574	2.869
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Receitas Financeiras	-	11	1.501	1.281	1.501	1.292
Despesas Financeiras	-	(102)	(1.233)	(1.795)	(1.233)	(1.887)
	-	(91)	268	(504)	268	(595)
RESULTADO OPERACIONAL	-	(988)	4.842	3.262	4.842	2.274
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL	-	(988)	4.842	3.262	4.842	2.274
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	(449)	(171)	(449)	(171)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	-	(988)	4.392	3.091	4.392	2.103
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	-	-	(1.224)	(451)	(1.224)	(451)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	-	(988)	3.168	2.640	3.168	1.652
PARTICIPAÇÕES	-	-	(130)	(83)	(130)	(83)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO	-	(988)	3.038	2.557	3.038	1.569
Reversão dos Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	3.038	-	3.038	1.569
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL			R\$ 0,9991		R\$ 0,9991	R\$ 0,5161

NOTA 31 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

FORNECIMENTO FATURADO	Nº de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Residencial	27.532	26.935	43.324	42.083	37.692	36.656
Industrial	89	92	13.440	14.349	9.427	10.227
Comercial	3.026	2.974	20.447	20.655	18.103	18.322
Rural	4.500	4.426	18.208	17.627	8.920	9.233
Poder Público	433	421	5.618	5.537	4.690	4.701
Iluminação Pública	31	31	9.518	9.371	4.493	4.498
Serviço Público	66	62	4.662	4.498	3.143	3.086
Consumo Próprio	11	16	224	223	-	-
(=) Fornecimento Faturado	35.688	34.957	115.441	114.343	86.468	86.723
Fornecimento Não Faturado					(317)	987
Devolução Consumo Faturado a Maior						(4)
Fornecimento de energia elétrica	35.688	34.957	115.441	114.443	86.151	87.706
Descontos Tarifários e Equilíbrio da Redução Tarifária – aportes CDE					4.290	4.414
Subsídio Baixa Renda					658	578
Encargos de conexão de agentes de geração					52	-
Receita de suprimento – Cotas CCEE					-	807
Renda da prestação de serviço					197	309
Serviço taxado					167	137

Arrendamento e aluguéis	279	285
Realização de incentivos fiscais	573	-
CVA ativa e demais passivos Regulatórios	(1.331)	108
Outras receitas	251	109
Outras receitas operacionais	5.136	6.747
Total da receita operacional bruta	91.287	94.453
Deduções da receita operacional		
ICMS	(23.680)	(23.770)
PIS	(956)	(978)
COFINS	(4.411)	(4.536)
ISS	(10)	(10)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(6.776)	(7.029)
Programa de P&D e eficiência energética	(481)	(466)
Bandeira tarifária	(1.237)	(5.054)
Taxa de fiscalização	(105)	(102)
	37.656	(41.944)
Receita operacional líquida	53.631	52.509

*crescimento de mercado de 1,0% no ano.

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 32 – ENCARGOS SETORIAIS

Componentes	2016	2015
Conta de desenvolvimento energético – CDE	6.776	7.029
Taxa de fiscalização – ANEEL	105	102
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	480	466
Proinfra	940	673
Bandeira tarifária	1.236	5.054
Total	9.537	13.324

NOTA 33 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Componentes	MWh		Reais mil	
	2016	2015	2016	2015
Companhia Energética de Goiás – CELG	127.525	125.876	31.106	31.584
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	2.870	2.782	940	673
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	338	259
Outros	-	-	-	78
Total	130.395	128.658	32.384	32.594

NOTA 34 – OUTRAS DESPESAS

Componentes	2016	2015
Arrendamento e aluguéis	24	49
Seguros	74	122
Tributos	125	105
(-) Recuperação de despesa	(372)	(307)
Taxa arrecadação	459	490
Custo baixa obras canceladas	61	101
Transgressões DIC/FIC/DMIC	155	-
Mensalidades associativas	15	15
Custeio conselho de consumidores	12	15
Consumo próprio energia elétrica	202	198
Indenizações por perdas e danos	17	80
Outras	57	75
Total	829	943

NOTA 35 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Componentes	2016	2015
Ganhos na alienação de bens e direitos	46	72
Perdas na desativação de bens e direitos	(271)	(145)
Total	(225)	(73)

NOTA 36 – RECEITA/DESPESA DE CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA CONCESSÃO

Componentes	2016	2015
Receita de construção da infraestrutura da concessão	3.286	3.050
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	(3.286)	(3.050)

Refere-se a receitas e custos com construção da infraestrutura adicionada ao ativo imobilizado em serviço em 2016 e 2015.

NOTA 37 - RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2016	2015
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	1.085	930
Atualização de Ativos Regulatórios	-	63
Transgressão DIC/FIC/DMIC	35	119
Renda de aplicação financeira	326	61
Outras receitas financeiras	55	119
Total	1.501	1.292
Despesas Financeiras	2016	2015
Encargos das dívidas de curto prazo - Empréstimos e Financiamentos	544	312
Encargos das dívidas de longo prazo - Empréstimos e Financiamentos	-	18
Encargos das dívidas de curto prazo - Juros	285	236
Multas sobre impostos e contribuições sociais	111	807
Variação monetária de passivos regulatórios	140	93
Multas: agências reguladoras e órgãos federais	32	8
Outras despesas financeiras	121	99
Total	1.233	1.573

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de Julho de 1996.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 38 - SEGUROS

A Companhia mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e ou materiais incorridos:

Seguradora	Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
BB Seguros	Apólice 3897515909731-Cobertura compreensiva	28/12/16 a 28/12/17	Tabela FIPE	62
Bradesco	Apólice 845073615 Frota - Cobertura compreensiva	14/09/16 a 01/06/17	Tabela FIPE	11

NOTA 39 – ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Prorrogação das Tarifas do Reajuste Tarifário Anual de 2015:

Por meio Resolução Homologatória nº 2.038, de 05 de abril de 2016, a ANEEL prorrogou até 21 de novembro de 2016 a vigência das tarifas de aplicação da Companhia constantes das Tabelas 1 e 2 e dos valores constantes das Tabelas 3, 4, 5 e 6 do Anexo da Resolução Homologatória nº 1.948, de 8 de setembro de 2015;

II) Revisão Tarifária Periódica - RTP – 2016

No mês de novembro, ocorreu a revisão tarifária do quarto ciclo da CHESP, onde, por meio da Resolução Homologatória nº 2.173, de 16 de novembro de 2016, a ANEEL reajustou as tarifas da Companhia, em média, em -12,03% (doze vírgula zero três por cento negativos), para o período de 22 de novembro de 2016 a 21 de novembro de 2017.

a) O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração Regulatória, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a quota de depreciação, que fazem parte da parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.173 de 16 de novembro de 2016. O resultado definitivo da terceira revisão tarifária periódica fixa em média o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em -12,03% (doze vírgula zero três por cento negativos).

Resumo da Base de Remuneração Regulatória

1. Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	95.372
2. Índice de aproveitamento integral	215
3. Obrigações Especiais bruta	25.647
4. Bens Totalmente Depreciados	8.094
5. Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	61.416
6. Depreciação Acumulada	43.303
7. AIS Líquido (valor de mercado em uso)	52.069
8. Índice de aproveitamento depreciado	144
9. Valor da Base de Remuneração (VBR)	51.925
10. Almoarifado em Operação	170
11. Obrigações Especiais Líquida	19.768
12. Terrenos e Servidões	119
13. Base de Remuneração Líquida	32.446
Total = (1)-(6)-(8)+(10)-(11)+(12)	32.446
14. Taxa de Depreciação média - a.a	3,74%
15. Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (14)	2.297

A base de remuneração aprovada no terceiro ciclo de revisão tarifária (3CRT) deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária; conforme Nota Técnica nº 372/2016-SGT-ANEEL de 08/11/2016.

Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Reais Mil
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	12.317
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	5.543
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.478
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	5.296
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	624
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	302
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	1.324
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	2.250

NOTA 40 – BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita												2016	2015	
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Valor	50	49	51	56	54	56	56	56	59	58	58	55	658	578

Esses valores foram contabilizados, pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 se apresenta no valor de R\$ 113,20 (2015 - R\$ 98).

NOTA 41 – OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS**I) Universalização**

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 35.688 unidades consumidoras, sendo 27.532 da classe residencial, 4.500 da classe rural, 3.026 da classe comercial e 630 das demais classes.

II) Modernização de sistemas

A ANEEL estabeleceu para este terceiro ciclo tarifário (2013 a 2016) a redução dos custos operacionais das empresas, e a CHESP, buscando esta redução de custos opera remotamente as subestações de Carmo do Rio Verde, Jardim Paulista, Rialma II e Uruana. Em setembro de 2016 a subestação de Rianópolis começou a ser comandada remotamente.

A CHESP emite o faturamento instantâneo das unidades consumidoras urbanas. Em 2016 modernizou o processo mediante a aquisição de "tablets" com o sistema operacional Android que são mais ágeis no processamento dos dados. Em 2016 a CHESP também passou a utilizar "tablets" na gestão dos serviços comerciais. Com esta tecnologia os serviços estão sendo despachados em tempo real via sistema de comunicação e os formulários em papel foram eliminados.

III) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de

umentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição - TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

IV) Bandeiras Tarifárias

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

No exercício de 2016 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$1.236 mil de Bandeira Tarifária. Deste montante, após homologação pela ANEEL R\$ 1.098 mil foram considerados na revisão tarifária de 2016 como **Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - CVAenergia** e R\$ 138 mil continuam em aberto registrado no passivo como –encargos setoriais (nota 21);

Ceres-GO, 31 de dezembro de 2016

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

=====
Maria Cristina de Pina Martin
Presidente

Ricardo de Pina Martin
Conselheiro

Patricia de Pina Martin
Conselheira

Herine Sabag de Pina
Conselheira

Guilherme de Pina Martin
Conselheiro

DIRETORIA

=====
Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

Jonas Borges
Diretor Econômico e Financeiro

Rauffin Gonçalves de Souza
Diretor Técnico-Comercial

Vanderlei da Costa
Contabilista CRC/GO Nº007250/O-2
CPF 167.147.171-72

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Aos acionistas da Companhia Hidroelétrica São Patrício – CHESP**

Ceres - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Companhia Hidroelétrica São Patrício – CHESP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos**Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 28 de março de 2017.

ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA

CONTADOR CRC/RS 43.890.0-9 - CNAI 1076
CPF 437.477.870-53

PÉGASUS AUDITORES ASSOCIADOS SS

CNP 06.951.205/0001-39 - CVM AD 13.214/2013
CRC/RS 4.305

Protocolo 9806

IVANETE FARIA CADETTE, CPF: 213.539.088-79, torna público que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, a Licença de Instalação nº 401/2017, com validade de 29/03/2023 para atividade de irrigação por pivô central, na Fazenda Ponte Alta, município de Silvânia - GO.

Protocolo 9805

BENEDITO LOPES DA SILVA-ME, CNPJ: 10.946.252/0001-61, torna público que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, a LICENÇA AMBIENTAL ONLINE-LAO nº 201701156 com validade 30/03/2023 do processo nº 201701156 para o Comércio varejista de madeira e artefatos situada Av. Independência, Qd.01, Lt 01 e 09, esq. com rua ponte branca, nº588., Centro, Doverlândia - GO.

Protocolo 9809

A empresa **FERREIRA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA**, inscrita no CNPJ: **08.381.059/0002-60**, torna público que requereu junto a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, a Licença Ambiental Prévia - LP, para a atividade de Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, localizado na Rod. BR 153/060, Faz. Guariróbal, Zona Rural, município de Terezópolis de Goiás - GO.

Protocolo 9822

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOURADA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2017. Processo Administrativo nº 2866/2017. O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA, ESTADO DE GOIÁS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pelo Decreto Municipal n.º 024/2017, torna público aos interessados que, no dia 24 de ABRIL de 2017, as 09h, no Setor de Licitações, situado na Praça dos Três Poderes, nº 10, centro, nesta cidade, em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade

PREGÃO PRESENCIAL n.º 029/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE USO HOSPITALAR, a serem utilizados no Hospital Municipal José Xavier de Castro e unidades de saúde do PSF do Município de Cachoeira Dourada/GO, nos termos da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, nas especificações contidas no Anexo III - Termo de Referência e demais regras estabelecidas neste Edital de Licitação, esclarecendo que a presente licitação e consequente contratação serão regidas pela Lei Federal n.º10.520 de 17 de julho de 2002, pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal. Edital: Está disponível gratuitamente no site oficial www.cachoeiradourada.go.gov.br, contendo as instruções e condições para participação aos interessados, podendo obter melhores informações junto a Comissão de Licitação, sediada na Praça dos Três Poderes, nº 10, Centro, - Departamento de Licitações e Compras, em horário de atendimento, das 07h30m as 11 horas e das 13h as 17h, pelo telefone 64-3434-9714, ou pelo email licitacoes@cachoeiradourada.go.gov.br.

Cachoeira Dourada - GO, 30 de março de 2017

Ilza Neiry da Silva
Pregoeira Oficial

Protocolo 9826

(NASCENTE AMBIENTAL LTDA) A empresa LABORATÓRIO BIOCLÍNICO DE MORRINHOS LTDA-EPP, Torna Pública que requereu à prefeitura de Morrinhos, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA a licença de operação e funcionamento para a atividade de Análises Clínicas e Patológicas, situada na Rua Major Limírio, nº 471. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

Protocolo 9842

AUTO POSTO NOVO MILLENIUM LTDA, CNPJ 06.062.742/0007-13 Torna público que requereu junto a AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - AMMA a Renovação da licença Ambiental de operação (LO), para Atividade de Comércio Varejista de combustíveis para veículos Automotores, para o Endereço Avenida Presidente Alves castro nº 425, Qd. 04 Lt. 19 Vila Bom Sucesso, Senador Canedo-GO

Protocolo 9851